

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2019

(Dos Srs. Camilo Capiberibe, Túlio Gadelha, Joenia Wapichana e
Pe. João)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta na Comissão de Minas e Energia, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado e na Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado que atua na exploração mineral de ouro dentro da Terra Indígena Yanomami e as consequências sobre o povo Yanomami no estado de Roraima.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta para o mês de outubro para debater a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado que atua na exploração mineral de ouro dentro da Terra Indígena Yanomami e as consequências sobre o povo Yanomami no estado de Roraima.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Justiça
- Pesquisador da Fiocruz, Paulo Basta
- Procurador da República no Estado do Pará Coordenador Temático da Força Tarefa Amazônia, Dr. Paulo de Tarso Moreira Oliveira,
- Representante do Ministério das Minas e Energia
- Representante do Instituto Igarapé

JUSTIFICATIVA

Após a demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1992 a Polícia Federal realizou uma série de operações para debelar a massiva invasão de garimpeiros que colocava em risco a sobrevivência do povo Yanomami, que perdeu no período cerca de 20 por cento da sua população¹. Na ausência de um plano de proteção e fiscalização para maior terra indígena do país, que abriga a maior população de comunidades indígenas² com menos contato com a sociedade nacional e algumas comunidades de índios isolados (que se recusam a manter contatos permanentes mesmo que com outras comunidades indígenas), os criminosos se rearticularam, passaram a operar em rede de organizações criminosas e continuaram a operar ao ritmo da cotação do ouro.

A atividade de exploração mineral causa enorme impacto social e ambiental, razão pela qual as organizações indígenas denunciam sistematicamente os crimes cometidos e provocaram a Polícia Federal a investigar os financiadores da atividade criminosa. Em 2012 a Polícia Federal realizou a Operação Xawara e prendeu donos de aviões, pequenos empresários dos garimpos e pilotos. Em 2015, a Operação Warari Koxi desvendou o envolvimento de DTVMs e joalherias³. A seguir houve denúncia do envolvimento de políticos do Estado de Roraima e de empresas, mas o resultado da Operação Tori ainda não veio a público. Tampouco, apesar do crime que lesa o povo indígena, o meio ambiente e a União em bilhões⁴, há qualquer informação pública de condenados ou de ações compensatórias para os lesados. Pelo contrário, o único condenado ainda vivo pelo crime de genocídio praticado em 1993, foi novamente preso na Operação Xawara, e mais uma vez na Operação Warari Koxi por continuar praticando exploração mineral dentro da TI Yanomami, sem ser definitivamente alcançado pela Justiça⁵.

As investigações realizadas pela Polícia Federal em Roraima alertam para o perigo de novo episódio de genocídio do povo Yanomami e caracterizam os crimes como de organização criminosa⁶. Ao longo destes anos os Yanomami e Ye'kwana são envenenados por mercúrio, tem as suas mulheres e crianças afetadas⁷ e os jovens aliciados para as atividades criminosas dentro da sua própria terra⁸, que está sendo destruída⁹.

¹ <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/yanomami-respondem-bolsonaro-nao-somos-pobres-e-nao-queremos-garimpo>

² <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

³ <https://amazoniareal.com.br/ouro-da-terra-yanomami-era-vendido-em-empresa-da-avenida-paulista/>

⁴ <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/05/extracao-ilegal-em-garimpo-de-rr-movimentou-quase-r-1-bi-diz-pf.html>

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/policia-federal-prende-em-roraima-garimpeiro-condenado-por-genocidio.shtml>

⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/pf-alerta-para-mortes-em-serie-de-ianomamis-com-avanco-do-garimpo-23857110>

⁷ <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/apos-conflito-indios-feridos-estao-sob-cuidados-em-bom-vista.html>

⁸ <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/yanomami-e-yekwana-solicitam-que-exercito-volte-a-combater-garimpo-em-seu-territorio>

⁹ <https://oglobo.globo.com/brasil/nova-corrída-pelo-ouro-na-maior-reserva-indigena-do-pais-cria-tensao-rastro-de-destruicao-23853619>

No último ano aumentou vertiginosamente a invasão na TI Yanomami¹⁰ e veio a público a evidente falta de controle e fiscalização do poder público sobre a cadeia econômica de produção de ouro no país, responsável por prejuízos financeiros, sociais e ambientais de proporções devastadoras.¹¹ Da mesma forma ficaram evidentes a atuação do crime organizado por toda a região amazônica, conforme relata o Instituto Igarapé.

A investigação inédita para esmiuçar o funcionamento de uma das maiores empresas compradoras de ouro no maior polo da mineração ilegal no Brasil, a bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, resultou em um retrato do completo descontrole do país sobre essa cadeia econômica¹². Coletadas durante três anos pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF), uma série de provas do quanto é frágil a regulamentação e a execução do papel fiscalizador do Estado, foram reunidas em duas ações propostas pelo MPF à Justiça Federal em Santarém em maio e julho deste ano.

Diante da gravidade dos fatos fartamente investigados e amplamente divulgados faz-se necessário que esta Casa escute o Ministério da Justiça para entender: quais medidas tem sido tomadas para proteger o território e a vida do povos Yanomami e Ye'kwana; o resultado das investigações realizadas pela Polícia Federal; que ações judiciais existem e quais os resultados obtidos para reprimir as atividades criminosas e para responsabilizar criminal e civilmente os seus responsáveis. É urgente entender quais os impactos na vida das comunidades com a contaminação de mercúrio, conforme estudo realizado pela Fundação Fiocruz. Faz-se necessário também ouvir o Ministério das Minas e Energia para entender quais as ações estão sendo tomadas para melhorar a cadeia de produção de ouro tornando-a mais transparente, eficiente e legal fora das terras indígenas.

Estas questões são importantes para esta Casa e cruciais para o desenvolvimento sustentável do país e o respeito aos direitos dos povos indígenas. Em razão disto propomos a realização de uma Audiência Pública conjuntas nestas Comissões e esperamos o acolhimento dos nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, setembro de 2019.

JOENIA WAPICHANA

PE. JOÃO

CAMILO CAPIBERIBE

TÚLIO GADELHA

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/invasao-em-terra-indigena-chega-a-20-mil-garimpeiros-diz-lider-ianomami.shtml>

¹¹ <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/acoes-do-mpf-no-para-apontam-provas-do-completo-descontrole-da-cadeia-economica-do-ouro-no-brasil>

¹² <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/acoes-do-mpf-no-para-apontam-provas-do-completo-descontrole-da-cadeia-economica-do-ouro-no-brasil>